COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - PROCEMPA
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Com o relatório dos auditores independentes

Terrenos	43.757	43.757
(-) Perda ao Valor Recuperável - Terrenos	(43.757)	(43.757)
Saldo ao final do exercício	**2.166.667**	**1.088.496**

14.Imobilizado e Intangível Os Ativos Imobilizado e Intangível estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária em vigor. Não foram detectadas mudanças significativas na medida ou maneira em que os ativos estão sendo utilizados. Não há evidências de mudanças que possam tornar um bem inativo ou que a administração planeja descontinuar, restaurar ou baixar antecipadamente.

	Saldo Líquido 31/12/2024	Movimentação: Aquisições e Aplicações	Entrada por transferência	Saída por transferência	Baixas Custo Original	Deprec./ Amort. Do Exercício	Baixas Depreciação	Saldo Líquido 31/12/2025
Imobilizado								
Terrenos	314.951	0	0	0	-	0	-	314.951
Imóveis	10.784.555	2.218.104	0	(10.000)	0	(303.140)	-	12.689.519
Benfeitoria em Bens de Terceiros	1.718.716	915.538	10.000	0	0	(212.419)	-	2.431.835
Bens de Terceiros	-	537.142	0	0	0	0	-	537.142
Móveis e Utensílios	900.630	157.087	0	(115.598)	(34.037)	(58.968)	32.447	881.561
Equipamentos operacionais	9.780.463	4.123.598	0	(149.429)	(981.624)	(2.823.228)	772.592	10.722.373
Equipamentos de informática	712.902	557.482	0	(1.456)	(57.435)	(218.395)	56.950	1.050.048
Ferramentas	524.582	49.780	0	(151)	0	(118.506)	-	455.705
Peças de Reposição	24.409	26.500	0	0	0	(6.317)		44.592
Infovia	14.765.737	6.041.519	86.833	0	0	(633.084)	-	20.261.006
Ativo Direito de Uso	3.602.333	0	0	0	0	(411.643)	-	3.190.690
Imobilização em Andamento	-	476.190	0	(86.833)	0	0	-	389.357
Total do Imobilizado	**43.129.277**	**15.102.939**	**96.833**	**-363.468**	**-1.073.095**	**-4.785.699**	**861.989**	**52.968.777**
Intangível								-
Marcas e patentes	9.313	0	0	0	0	0	0	9.313
Softwares	7.960.773	1.111.636	0	0	0	(2.308.524)	0	6.763.885
Intangível para imobilização			0	0	0	0	0	-
Intangível de vida útil indefinida	0	1.867.389	0	0	0	0	0	1.867.389
Total do Intangível	**7.970.086**	**2.979.025**	**0**	**0**	**0**	**(2.308.524)**	**0**	**8.640.587**

14.1. Impairment - No decorrer do exercício de 2025, a Companhia procedeu com análise dos seus ativos, de forma a concluir sobre a necessidade ou não de determinar, por meio de estimativas formais, o valor recuperável dos ativos registrados em sua contabilidade, conforme determinado pela NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e Incisos I e II do §3º do Art. 183 da Lei Nº 6.404/76. No ano de 2025 foram analisados os registros de todos os laudos dos bens que se tornaram inservíveis de 2022 até 2025. De acordo com as atividades realizadas, ao analisar se haveria indicativo de perda por desvalorização, as áreas técnicas da Companhia, ao avaliarem o cenário atual, em relação ao parque dos bens da Companhia, as demandas de serviços existentes, o pleno uso destes bens, e do retorno econômico-financeiro decorrente do uso destes bens, ficou demonstrado que não há indicativo de possível desvalorização de ativos da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre – PROCEMPA. **14.2. Análise da vida útil dos bens** - Esta determinação está prevista no artigo 183, § 3º, inciso II da Lei 6.404/64, o qual exige que "a Companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". O item 54 da NBC TG 27 também exige que "o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício". A Procempa iniciou a adoção, a partir do exercício financeiro de 2024, da mensuração e registro de depreciação e amortização societária com base na vida útil dos bens. Desta forma, o cálculo e contabilização da depreciação e amortização da Companhia são adotados com base na vida útil dos bens, com o respectivo registro no resultado do exercício. A depreciação e amortização fiscal permanecem calculadas mensalmente, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as diretrizes da legislação tributária. **14.3. Ativo de Direito de Uso** - A Procempa e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre formalizaram, através de contrato de Termo de Permissão de Uso (TPU) com validade de dez anos, a mudança da Sede Administrativa da Procempa para as instalações do Centro Administrativo Municipal (CAM). Como contrapartida, uma grande parte do espaço físico da antiga sede foi destinada para a Secretaria Municipal da Segurança (SMSEG), sendo que a Procempa permanece ocupando uma pequena área das instalações para a área de infraestrutura, e um espaço de maior valor agregado para as instalações do Data Center e demais servidores da Procempa. Como resultado desta alteração, o valor contábil proporcional do espaço físico destinado à SMSEG, incluindo o Centro Integrado de Comando de Porto Alegre (Ceic), foram devidamente baixados do registro patrimonial. Esta baixa totalizou R$ 3,984 milhões. O valor da área utilizada pela área de infraestrutura da Procempa corresponde a R$ 1.189 milhão. Já a área utilizada pela Sala Cofre, corresponde ao total de R$ 10.035 milhões. Já em relação ao espaço cedido à Procempa no CAM, foram destinadas a área térrea, o 4º e 5º andares, resultando em um valor de mercado de R$ 4.117 milhões. Este valor foi contabilizado como Ativo de Direito de Uso, no imobilizado, de acordo com o valor de mercado dos aluguéis. Em contrapartida no passivo, como Obrigações Contratuais (Nota 19. Obrigações contratuais e societárias), segregado em curto e longo prazos. Por se tratar de uma TPU não onerosa, mas apenas de um contrato de cessão de uso de forma recíproca, não há a previsão de desembolsos financeiros e nem de recebimentos. Desta forma, a previsão contratual é de uso e manutenção dos ambientes e dos respectivos espaços físicos sob responsabilidade de cada parte. O procedimento contábil adotado é o reconhecimento mensal da depreciação do ativo direito de uso, no valor de R$ 34.307, de forma linear com base na duração do contrato. A contrapartida do reconhecimento no ativo gerou o respectivo reconhecimento da obrigação contratual no passivo, com a concomitante baixa no resultado do exercício, em obediência ao princípio da competência, também no valor mensal de R$ 34.307 de forma linear com base na duração do contrato. **14.4. Bens em poder de terceiros** - A Procempa cedeu bens que não estavam sendo utilizados em suas operações a outros órgãos da Prefeitura de Porto Alegre via Termo de Cessão de Uso. Neste caso, o processo de controle sobre tais bens, e o dever de guardar e conservar os itens cedidos são de responsabilidade do cessionário, que deverá prestar contas à Procempa quanto à boa e regular gestão de tais itens. Para que ocorra o devido controle por parte da Procempa, os bens cedidos permanecerão com o cálculo da depreciação contábil no sistema de gestão patrimonial da empresa. Tais valores são compensados através dos ajustes da contabilização da perda por redução ao Valor Recuperável da Companhia.

Bens em poder de terceiros	2025	2024
Custo Original dos Bens - Valor Bruto	1.203.452	482.006
(-) Depreciação Acumulada	-1.001.172	-454.343
(-) Perda ao Valor Recuperável	-202.280	-27.663
Total	**-**	**-**

14.5. Bens de terceiros na guarda da Procempa - No exercício de 2025, a Procempa passou a registrar, em seu balanço patrimonial e nos respectivos controles patrimoniais, os bens de propriedade de terceiros que se encontram sob sua guarda. Tais bens correspondem, principalmente, a equipamentos pertencentes a órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, destinados à instalação no município. Durante o período em que permanecem sob sua responsabilidade, a Procempa responde pela configuração, preparação e instalação desses equipamentos. Após a conclusão dos serviços e a devolução formal aos respectivos órgãos proprietários, os bens são devidamente baixados do balanço e dos registros patrimoniais da Companhia. 14.6. Ativo intangível produzido internamente. No exercício de 2025, a Procempa reconheceu em seu balanço patrimonial o sistema Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI) como ativo intangível de vida útil indefinida, desenvolvido internamente. O FICAI consiste em uma plataforma destinada ao registro, encaminhamento e sistematização de informações relativas a estudantes em situação de infrequência, evasão escolar ou não acesso à escola. O sistema foi implementado em março de 2022, passando a integrar as soluções tecnológicas voltadas à gestão educacional do Município. A mensuração do ativo foi realizada em conformidade com os itens 42, 43 e 54 a 62 do CPC 04 – Ativo Intangível, considerando os gastos diretamente atribuíveis ao seu desenvolvimento. O valor reconhecido corresponde ao total das horas técnicas despendidas na fase de desenvolvimento do sistema, deduzidos os valores relativos a atividades de correção de erros e manutenção, por não atenderem aos critérios para serem definidos como um ativo estabelecidos na referida norma.

15. Fornecedores - Estão registrados neste grupo os valores a pagar decorrentes de obrigações contratuais com fornecedores e prestadores de serviços, necessários à manutenção das atividades da Procempa. Este grupo não possui componentes de financiamento, ou seja, os contratos com fornecedores não contêm juros nos valores contratados. Representam o valor acordado entre as partes, com vencimento médio de trinta dias após o aceite técnico, e em regra o pagamento aos fornecedores não ultrapassa um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente.

Fornecedores a pagar	2025	2024
Green Card S/A Refeições Com e Serviços	948.209	2.074.069
Ingram LTDA	871.193	-
Unimed POA Coop de Trabalho Médico	792.169	663.236
Compethics Soluções em Tecnologia da Informação EIRELI	701.513	-
Teltronic Brasil Ltda	660.000	-
Integrasul Soluções em Informática Ltda	509.320	-
Techne Engenharia e Sistemas LTDA	471.093	152.881
Lenovo Tecnologia Brasil Ltda	461.532	-
IPQ Tecnologia Ltda	421.506	-
Oracle do Brasil Ltda	401.667	259.352
VS Data Com & Distr Ltda	395.000	75.030
Benner Sistema S/A	351.158	40.873
L8 Group S/A	290.990	-
Stefanini Consultoria e Assessoria	288.722	118.257
Gartner do Brasil LTDA	274.247	183.181
Interop Informática LTDA	272.449	109.469
Senior Sistemas S/A	254.277	235.973
Radiante Engenharia Telecom Ltda	216.785	104.853
Kofre Repres e Com de Telecomunicações	207.252	-
Edgefy Ltda	-	891.203
Imagem Geosistemas Ltda	-	547.715
Teletex LTDA	-	286.992
Fastlan Soluções em Tecnologia	-	263.135
Adistec Brasil Informática Ltda	-	210.339
Soprevi Serviço Odontológico	-	39.358
ICP Comércio e Serviços LTDA	-	129.114
Qualiteck Avaliação e Consultoria	-	107.700
Alfatek Ltda	-	129.876
Demais Fornecedores	1.936.500	749.391
Saldo ao final do exercício	**10.725.581**	**7.371.996**

16. Salários e contribuições sociais - Compõem este grupo os valores devidos a título de rescisões por incentivo à aposentadoria, remuneração, encargos, férias, retenções, contribuições sociais e demais benefícios aos empregados da Companhia.

Salários e contribuições sociais	2025	2024
Remunerações a pagar	4.990.270	2.943.742
Incentivo à aposentadoria e rescisões a pagar	1.400.957	2.342.392
Retenções a recolher	324.575	594.588
Contribuições sociais a recolher	2.512.539	1.997.463
Apropriações de férias e 13º salários	17.379.605	14.266.170
Saldo ao final do exercício	**26.607.947**	**22.144.356**

16.1.Plano de incentivo à aposentadoria - Durante o exercício de 2025, a Companhia prosseguiu com os pagamentos do Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA), implementado em 2021, para os funcionários que atendessem às exigências de enquadramento ao benefício. Durante o exercício de 2025 foram reconhecidos R$ 536.096 de valores a pagar referentes a novas adesões ao Plano de Aposentadoria. Neste período foram pagos R$ 1.477.531 a título de PIA, restando ainda, R$ 1.400.957 a pagar, conforme demonstrado abaixo:

Plano de Incentivo à Aposentadoria	2025	2024
Saldo inicial	2.342.392	3.779.335
Apropriação Incentivo à aposentadoria	536.096	2.730.095
Pagamentos do exercício	(1.477.531)	(4.167.038)
Saldo ao final do exercício	**1.400.957**	**2.342.392**

17. Obrigações tributárias - São registradas neste grupo as obrigações tributárias federais, estaduais e municipais da Procempa, bem como os valores retidos de terceiros (IRRF, PIS, Cofins, ISSQN), cuja responsabilidade pelo recolhimento compete à Companhia.

Obrigações tributárias (CP)	2025	2024
Retenções de terceiros	3.274.486	2.963.636
Tributos sobre a receita	646.038	549.540
Tributos Diversos	74.518	67.131
Saldo ao final do exercício	**3.995.043**	**3.580.307**

18. Receitas Antecipadas - Compreende o saldo remanescente de R$ 984.861 mil referente à venda do direito de processar a folha de pagamento da Procempa pelo período de 5 anos, apropriados de acordo com o regime de competência devidamente segregado em curto e longo prazos. Em setembro de 2025 a Companhia renovou o contrato com a empresa Green Card S/A Refeições Comércio e Serviços, pelo prazo de 12 meses, referente à outorga da exploração da administração dos vales alimentação e refeição dos funcionários da Companhia. Este movimento incrementou uma receita antecipada no valor de R$163.787 mil conforme demostra o quadro abaixo:

Receitas Antecipadas	2025	2024
Receita Outorga Vale Alimentação/Refeição CP	163.787	-
Receita Folha de Pagamento CP	241.190	21.804
Receitas antecipadas passivo circulante	**404.977**	**21.804**
Receita Outorga Vale Alimentação/Refeição LP	-	-
Receita Folha de Pagamento LP	743.671	-
Receitas antecipadas passivo não circulante	**743.671**	**-**
Total Receitas Antecipadas	**1.148.648**	**21.804**

19. Obrigações Contratuais e Societárias - A Companhia possui obrigações contratuais e societárias a serem cumpridas. Tais obrigações contemplam Adiantamentos contratuais de clientes, uso e bens de terceiros sem contraprestação a pagar decorrentes do reconhecimento de ativo direito de uso, e cauções e garantias contratuais.

Obrigações Contratuais e Societárias	2025	2024
Adiantamento de Clientes	166.110	173.347
Uso de Bens de Terceiros sem Contraprestação (CP)	5.571.135	1.927.957
Obrigações Contratuais e Societárias passivo circulante	5.737.245	2.101.304
	-	-
Uso de Bens de Terceiros sem Contraprestação (LP)	2.778.906	3.190.596
Cauções e Garantias Contratuais	158.927	160.546
Provisão para Grupamento de Ações	291	291
Obrigações Contratuais e Societárias passivo não circulante	2.938.124	3.351.433
	-	
Total Obrigações Contratuais e Societárias	**8.675.368**	**5.452.738**

Conforme mencionado na Nota Explicativa 14.4. Ativo de Direito de Uso, a Companhia e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre formalizaram, através de contrato de Termo de Permissão de Uso (TPU) com validade de dez anos, a mudança da Sede Administrativa da Companhia para as instalações do Centro Administrativo Municipal (CAM). Como contrapartida, uma grande parte do espaço físico da antiga sede foi destinada para a Secretaria Municipal da Segurança (SMSEG), sendo que a Companhia permanece ocupando uma pequena área das instalações para a área de infraestrutura, e um espaço de maior valor agregado para as instalações do Data Center e demais servidores da Companhia. O espaço cedido à Companhia no CAM contempla a área térrea, o 4º e 5º andares, resultando em um valor de mercado de R$ 4.117 milhões. Este valor foi contabilizado como Ativo de Direito de Uso, no imobilizado, de acordo com o valor de mercado de aluguéis em Porto Alegre. Em contrapartida no passivo, foi registrado como Obrigações Contratuais, segregado em curto e longo prazos. Durante a vigência da TPU, a Companhia tem a obrigação de manter o espaço em plenas condições de uso, sendo responsável pelas eventuais manutenções e benfeitorias. Desta forma, o valor reconhecido como obrigação contratual é apropriado mensalmente, conforme a vigência do contrato. A Companhia também tem obrigações contratuais face a seus clientes, em virtude de adiantamentos financeiros para cumprimento de entregas previstas em seus acordos. Os acordos e prazos são ajustados conforme a prática de mercado, contemplando prazos, condições e obrigações ajustadas. Compõem o subgrupo de cauções contratuais os valores retidos de fornecedores e prestadores de serviços referentes à garantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando o fornecedor não optar por quaisquer das demais modalidades permitidas em lei: seguro-garantia ou fiança bancária (art. 70, § 1º, da Lei nº 13.303/2016). A composição de cauções contratuais consta abaixo:

Composição de cauções contratuais	2025	2024
Ilha Service	84.794	78.328
Soprevi Serviços Odontologico	28.655	26.470
PSO Serviços e Manutenção Ltda	20.860	19.269
América Eng. e Manut. Industrial Ltda	-	13.738
PH Sul Teleinformática	11.230	10.374
IBM Brasil	6.683	6.173
Phoenix Informática	4.520	4.176
FUNDATEC	893	825
Guilherme Ellwanger	557	515
Clínica de Fisioterapia Integrada Ltda	441	407
Datajuri Tecnologia em Informática	294	272
Solaris Teleinformática	-	-
Saldo ao final do exercício	**158.927**	**160.546**

20. Provisões Trabalhistas e Cíveis - A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis e está discutindo estas questões na esfera judicial as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destas contingências judiciais classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências judiciais cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. Os montantes envolvidos nos processos judiciais são analisados, estimados e atualizados periodicamente. A classificação das perdas entre possíveis, prováveis e remotas baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião técnica de seu Departamento Jurídico.

Descrição - prováveis	2025	2024
Provisões Trabalhistas Curto Prazo	568.827	1.147.472
Provisões Trabalhistas Longo Prazo	6.410.038	2.960.125
Provisões Cíveis	6.000	400.000
Total Provisões prováveis	**6.984.865**	**4.507.598**
Descrição - possíveis	**2025**	**2024**
Trabalhistas	2.139.688	3.475.638
Cíveis	5.000	5.000
Total Provisões possíveis	**2.144.688**	**3.480.638**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia pagou, em decorrência de decisões judiciais desfavoráveis, o montante de R$ 5.454.848. Deste total, estava provisionado o montante de R$ 3.274.738. O total de pagamento de valores que estavam classificados como possíveis ou remotos, mas que não estava provisionado, totalizou R$ 2.180.110. Além destes pagamentos, houve a utilização de depósitos judiciais no valor de R$ 1.016.826 como medida de compensação para pagamento dos valores em que a Procempa pagou, em decorrência destas decisões judiciais. Os valores pagos e que estavam provisionados, foram baixados das respectivas provisões. O valor compensado de depósitos judiciais, foi deduzido do saldo existente na respectiva rubrica.

Reclamatórias trabalhistas e cíveis	2025	2024
Saldo final do exercício anterior	4.507.598	7.865.525
Pagamento de valores provisionados em exercícios anteriores	(3.274.738)	(2.827.885)
Compensação de depósitos judiciais para pagamento de processos	(1.016.826)	(174.987)
Complementação de provisão ao final do exercício	6.768.831	-355.056
Total Provisões prováveis	**6.984.865**	**4.507.598**

20.1 Obrigações judiciais a pagar - Tratam-se valores que a Procempa tem a pagar decorrente de parcelamentos de decisões judiciais desfavoráveis.

21. Empréstimos e Financiamentos - A Companhia contratou, em 2025, empréstimo bancário para cobrir investimentos em sua infraestrutura. O empréstimo foi contratado com a Caixa Econômica Federal (CEF). Para a mesma finalidade a empresa possui também outros dois empréstimos bancários, os quais foram contratados em 2023, com a Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Empréstimos e Financiamentos	2025	2024
Empréstimos e Financiamentos Caixa Econômica Federal (CP)	2.706.431	1.966.705
Empréstimos e Financiamentos Caixa Econômica Federal (LP)	9.303.142	2.786.166
Empréstimos e Financiamentos BRDE (LP)	3.627.431	4.488.070
Total Empréstimos e Financiamentos	**15.637.004**	**9.240.940**

O Empréstimo contratado com a CEF em 2025 totalizou R$ 9 milhões, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,67 % a.a. sendo o prazo total de 48 meses através do sistema SAC. A garantia da operação consistiu na aplicação financeira SAFIRA no valor de R$ 2.700 milhões. Enquanto o empréstimo contratado com a CEF em 2023 totalizou R$ 8.085 milhões, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,92 % a.a. sendo o prazo total de 48 meses através do sistema SAC. A garantia da operação consistiu na aplicação financeira SAFIRA no valor de R$ 2.425 milhões. O valor contratado junto ao BRDE consiste em empréstimo realizado no valor de R$ 4,5 milhões, com taxa de juros de TR + 2,5% a.a. (Spread FINEP) + 3,5% a.a. (Spread BRDE) totalizando 5,75% a.a. O prazo total do empréstimo é de 73 parcelas, com carência de pagamento do principal de 24 meses. Desta forma, o pagamento da primeira parcela ocorrerá em 15/08/2025 e a última em 15/08/2031. Durante os dois primeiros anos do contrato, ocorrerá pagamento somente da taxa de juros.

22.Previdência complementar a pagar - Em 2023 foi constatado que o Plano de Benefícios Procempa Prev referente aos exercícios de 2020 e 2021 apresentou déficit atuarial superior ao limite legal permitido, conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o que exigiu a execução de um plano de equacionamento. A rentabilidade auferida no período do ano de 2020 foi de 6,76%, ocasionando uma diferença negativa em 16,85% sobre a meta de rentabilidade do Plano (28,19%). Situação semelhante em 2021, na qual a rentabilidade (6,52%) foi bem inferior à meta (22,61%), gerando diferença negativa de 15,86%.Por tais razões, o Plano de Benefícios Procempa Prev apresentou déficit técnico no encerramento dos exercícios dos anos de 2020 e 2021, que corresponderam respectivamente a 12,78% e 14,75% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido. Desta forma, a Administração da Companhia, após laudos técnicos do BB Previdência e contratação de perito especializado para analisar e validar o déficit atuarial calculado do Plano de Previdência, decidiu pelo reconhecimento contábil da obrigação de proceder com o equacionamento atuarial do Procempa Prev. Durante o exercício de 2025 houve revisão do saldo atualizado do déficit atuarial, o que exigiu uma nova complementação no valor de R$ 193.558 mil. Conforme previsão contratual, houve o pagamento total de R$ 266.450 mil. no decorrer do corrente exercício.

Previdência complementar a pagar	2025	2024
Saldo déficit atuarial BB Prev	2.946.324	2.500.995
Pagamentos Realizados	(266.450)	(276.093)
Atualização Monetária	193.558	721.421
Saldo ao final do exercício	**2.873.432**	**2.946.324**

23. Capital social. O capital social da Companhia é de R$ 47.538.991, dividido em 5.532.219 (cinco milhões, quinhentos e trinta e dois mil, duzentas e dezenove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária da Procempa, em 31/12/2025 está demonstrada abaixo:

Acionista	Ações ordinárias em Qtde	em %	em R$
Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA	5.261.605	95,11%	45.213.574
Depto Municipal de Água e Esgoto - DMAE	264.674	4,78%	2.274.374
Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB	5.907	0,11%	50.759
Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU	33	0,00%	284
Total	**5.532.219**	**100%**	**47.538.991**

Composição Capital Social	2025	2024
Total do Capital Social	47.538.991	47.538.991
Total de Ações	5.532.219	5.532.219
Valor unitário das Ações	**8,5931**	**8,5931**

24. Destinação do Lucro Líquido do Exercício e Composição do Patrimônio Líquido No exercício de 2025 a Companhia auferiu lucro líquido de R$1.962.236. Como não há prejuízos acumulados a serem absorvidos pelas reservas de lucros, a Companhia destinou o lucro do exercício de 2025 para constituição de reservas previstas na legislação e no seu estatuto. Em relação à Reserva de Lucros à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício financeiro de 2024 (R$ 1.920.224), a decisão dos acionistas foi pela destinação de todo o montante para Reserva de Investimentos, em virtude de projeção de investimentos previstos para os exercícios de 2026, 2027 e 2028. O artigo 57 do Estatuto Social da Companhia estabelece que, observadas as disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (i) absorção de prejuízos acumulados; (ii) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá em 20% (vinte por cento) do capital social; (iii) 20% (vinte por cento) para constituição de reserva para investimento, limitada a 30% (trinta por cento) do capital social; (iv) constituição do saldo remanescente do lucro líquido, de acordo com proposta da Diretoria, parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, para posterior decisão da Assembleia Geral Ordinária; e (v) no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos.Conforme já explanado, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou lucro líquido de R$1.962.236. Após a constituição da reserva legal de R$98.112 mil, foi constituída reserva para investimentos no montante de R$392.447 mil. Após, a Companhia procedeu com a constituição de reserva de lucros à disposição da AGO no total de R$1.471.677, para que a Assembleia Geral Ordinária decida pela destinação do saldo remanescente do lucro, após constituídas as reservas previstas na legislação e no Estatuto da Companhia. A composição do Patrimônio Líquido é demonstrada no quadro a seguir:

Composição do Patrimônio Líquido	2025	2024
Capital social	47.538.991	47.538.991
Reserva para investimentos	5.726.484	3.413.812
Reserva legal	910.635	812.523
Reserva de lucros à disposição da AGO	1.471.677	1.920.224
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.078.170	-
Total	**56.725.957**	**53.685.551**

25. Receita líquida As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o seu valor, os seus respectivos custos, e o estágio de conclusão dos serviços puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Para que ocorra o reconhecimento da receita, a Companhia utiliza o modelo de cinco etapas previsto no CPC 47 para determinar quando reconhecer a receita: 1)Identificação do contrato; 2)Identificação das obrigações de desempenho; 3)Determinação do preço da transação; 4)Alocação do preço da transação; e 5)Aceite do cliente e reconhecimento da receita As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando (ou à medida que) a Procempa satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. As receitas de prestação de serviços são provenientes dos segmentos de processamentos de dados, desenvolvimento de software e suporte técnico. **25.1. Conciliação da Receita Bruta** A conciliação entre a receita Bruta e Líquida consta abaixo. Conforme pode-se observar, a Receita Bruta de Serviços apresentou um aumento de R$ 23,8 milhões (15,9%) em relação ao exercício de 2024. Este aumento reflete o aumento da produtividade dos funcionários da Procempa, devido à melhor alocação de seus recursos técnicos, operacionais e de estrutura, resultando em maior capacidade de atendimento às demandas do Município, através da implementação de novos projetos e melhoria dos projetos já existentes. Verifica-se que diminuiu em R$ 503 mil em cancelamentos e abatimentos de serviços prestados. Tal variação deve-se, sobretudo, a ajustes necessários no processo de aceite, validação e processo de faturamento, com o objetivo de atender às melhores práticas contábeis, bem como ao aprimoramento e melhorias no processo de faturamento.

	2025	2024
Receita de prestação de serviços	**173.137.047**	**149.324.847**
Operação e desenvolvimento de sistemas	123.458.641	104.087.809
Gestão de infraestrutura	49.110.347	44.320.556
Telecomunicações e provedor de internet	568.059	916.482
Deduções da receita bruta	**(3.950.290)**	**(9.417.843)**
Cancelamentos e Abatimentos	3.064.339	(3.567.619)
Tributos sobre a receita	(7.014.629)	(5.850.224)
Receita operacional líquida	**169.186.757**	**139.907.004**

26. Composição de custos e despesas por natureza A Demonstração do Resultado do Exercício da Companhia é elaborada de acordo com a função da despesa. Porém, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), quando as Companhias elaboram a DRE segundo a função da despesa, devem reconciliar os valores segundo a sua natureza. Dessa forma, os custos dos serviços prestados e as despesas gerais e administrativas de 2024 e 2025, demonstrados de acordo com a sua função na Demonstração do Resultado do Exercício, estão reconciliados de acordo com a sua natureza conforme abaixo:

Custos e Despesas conforme a função	2025	2024
Custo dos serviços prestados	**(129.381.948)**	**(108.935.043)**
Custos com pessoal e benefícios	(99.628.922)	(85.015.172)
Outros Custos Indiretos	(23.661.558)	(18.523.865)
Custo de Depreciação e amortização	(6.091.468)	(5.396.006)
Despesas Gerais e Administrativas	**(41.758.293)**	**(31.097.153)**
Despesas com pessoal e benefícios	(24.532.808)	(23.206.927)
Outras Despesas	(7.441.489)	(5.790.305)
Depesas de Depreciação e amortização	(990.279)	(934.569)
Provisões de Processos Judiciais	(8.745.560)	(1.092.257)
Despesas Tributárias	(48.156)	(73.095)
Saldo ao final do exercício	**(171.140.241)**	**(140.032.196)**
Custos e despesas por natureza	**2025**	**2024**
Remuneração de pessoal	65.812.993	58.324.005
Encargos sociais	35.296.021	29.100.113
Benefícios a empregados	23.052.715	20.797.981
Depreciação e amortização	7.081.748	6.330.575
Despesas com manutenção	10.860.422	8.981.117
Despesas com software	15.513.999	10.781.395
Telecomunicações	25.500	161.441
Energia elétrica	-	-
Telefonia	870.883	782.654
Outras despesas	2.429.698	2.289.969
Despesas com transporte	96.712	162.099
Material de consumo	442.680	605.029
Despesas com treinamento	863.153	550.466
Provisões de processos judiciais	8.745.560	1.092.257
Despesas tributárias	48.156	73.095
Saldo ao final do exercício	**171.140.241**	**140.032.196**

O aumento das rubricas de Remuneração de pessoal e Benefícios a empregados ocorreu, principalmente, em virtude do processo de reoneração da folha e aumento do teto salarial municipal, que em conjunto geraram mais de R$ 10,5 milhões de gastos com pessoal. Além disso, ocorreram os aumentos programados decorrentes das cláusulas estabelecidas em acordo coletivo. Já o aumento de R$ 751.173 mil de Despesas com Depreciação e Amortização reflete a retomada de investimentos da empresa em sua infraestrutura tecnológica, conforme previsto no Plano de Investimentos da Companhia. No que diz respeito ao aumento de R$ 4.732.604 em despesas com software pela Companhia, deve-se, sobretudo, à aquisição de licenças para continuidade e manutenção de seus servidores e bancos de dados. Trata-se de renovações necessárias de licenças temporárias, necessárias para o funcionamento e sustentação dos sistemas da empresa. Por fim, o aumento de R$ 7.653.303 em Provisões de processos judiciais decorre da análise técnica e jurídica dos processos judiciais em andamento pelo departamento jurídico, ao analisar o andamento e contexto atual destas ações.

27. Resultado Financeiro Em comparação com o exercício de 2024, o resultado financeiro de 2025 reduziu em 1,5%, onde o crescimento da receita financeira, na ordem de R$ 159,1 mil (7%), foi superado pelo aumento das despesas financeiras, que registraram um aumento na ordem de R$ 171,8 mil (12%). Estas despesas decorrem essencialmente de juros, taxas, IOF e atualizações monetárias que compõem os encargos financeiros dos empréstimos contratados junto às instituições financeiras. O aumento da receita financeira do período é reflexo, sobretudo, de aplicações financeiras e investimentos que tiveram seus rendimentos impulsionados, entre outros fatores, pela elevação da taxa SELIC em 2025

Resultado Financeiro	2025	2024
Despesas financeiras	(1.549.764)	(1.377.971)
Receitas financeiras	2.394.288	2.235.172
Total	**844.524**	**857.201**

28. Outros resultados operacionais As movimentações em outros resultados operacionais têm o objetivo de apresentar outras receitas e despesas que fazem parte das operações da Companhia, mas que, contudo, não se enquadram na operação principal. Em 2025, essas movimentações contribuíram em R$ 5,8 milhões junto ao resultado. Comparativamente ao exercício anterior, este número mais que dobrou, sendo contabilizados R$ 2,2 milhões em 2024. As receitas diversas são compostas pelas contas que envolvem ganhos com indenizações judiciais, direito de uso de bens de terceiros, doações recebidas, entre outas receitas extraordinárias. Do montante percebido em 2025, R$ 3,3 milhões, R$ 1,9 milhões foram em razão de indenizações judiciais. A recuperação de custos caracteriza-se por representar um ressarcimento pelos custos que a empresa registrou anteriormente. Sua movimentação saltou de R$ 665 mil, em 2024, para R$ 3,1 milhões, em 2025, elevação justificada pelo registro dos valores decorrentes da concessão de reequilíbrio econômico financeiro em razão da reoneração da folha de pagamento, estabelecida pela Lei nº 14.973/2024, para o exercício de 2025, considerando os serviços prestados no período de janeiro a novembro de 2025, conforme SEI 25.12.000000293-0. Esses valores representaram R$ 2,36 milhões, cujo o faturamento e o efeito caixa ocorrerão em 2026. As outras despesas operacionais atingiram R$ 561 mil, as contas envolvidas nessa movimentação retratam a constituição de perdas estimadas e outros gastos com patrocínios, eventos e com o Projeto Pescar:

Outros Resultados Operacionais	2025	2024
Receitas diversas	3.299.696	1.882.587
Recuperação de custos operacionais	3.103.017	665.289
Outras despesas operacionais	(561.858)	(327.581)
Saldo ao final do exercício	**5.840.854**	**2.220.295**

29. Tributos correntes O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é apurado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil, e para o cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aplica-se a alíquota de 9% sobre o lucro tributável, considerando-se também a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Reconciliação do IRPJ e da CSLL	2025	2024
(a) Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL sobre o lucro	**(1.396.783)**	**2.952.305**
Depreciação Societária	7.130.382	6.332.640
Despesas não dedutíveis	113.516	85.200
Provisões não dedutíveis (adição)	6.768.831	-
Constituição PECLD - Partes Relacionadas	25.450	70.160
Ajuste a valor presente	(50.180)	31.341
Recebimento Processo Judicial	80.851	214.519
Impairment	209.933	-
(b) Total Ajustes de adições ao Lucro Líquido	**14.278.783**	**6.733.860**
Depreciação Fiscal	(8.161.130)	(7.306.761)
Reversão Impairment	-	(391)
Reversão PECLD	**(151.622)**	**(165.972)**
Reversão PECLD - Partes Relacionadas	**(34.767)**	**(226.608)**
Reversão e Pagamento de Provisões	(4.291.564)	(3.002.872)
Receita Atualização Monetária s/ IRPJ/CSLL	(378.956)	(710.828)
Receita Ativo Direito de Uso	(411.690)	(411.690)
(c) Total Ajustes de exclusões ao Lucro Líquido	**(13.429.728)**	**(11.825.120)**
(d) Total Ajustes ao Lucro Líquido (b) + (c)	**849.055**	**(5.091.260)**
Compensação prejuízo fiscal	0	0
(e) Resultado Fiscal para base de cálculo de IRPJ e CSLL (a) + (d)	**(547.729)**	**(2.138.955)**
(f) IRPJ e CSLL sobre o lucro	**-**	**-**

30. Tributos Diferidos O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas de provisões para contingências judiciais e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores. A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada ao final de cada exercício ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a constituição dos tributos diferidos deve ser realizada de acordo com a expectativa da Companhia em relação a lucros nos exercícios seguintes, conforme plano de orçamento formalmente aprovado pelos órgãos de Administração.É importante ressaltar que, devido à continuidade da política de renovação de contratos com a Administração Pública do Município de Porto Alegre, melhor gestão dos recursos operacionais, econômicos e financeiros da Companhia, foi possível elaborar o planejamento orçamentário dos exercícios seguintes com maior segurança e acuracidade, evidenciando expectativa de lucros para os próximos exercícios.Desta forma, o Conselho de Administração aprovou o Planejamento Orçamentário da Companhia, o que permitiu que fosse constituída a contabilização dos tributos diferidos bem como a expectativa de realização destes tributos nos próximos exercícios.Foram constituídas perdas estimadas ao valor recuperável para valores que estavam registrados no grupo de Investimentos da Procempa, cuja expectativa de benefícios econômicos futuros não foi confirmada. Desta forma, a Companhia constituiu, em virtude das diferenças tributárias temporais, IRPJ e CSLL diferidos no ativo, cuja expectativa de realização será no exercício financeiro de 2026.Foi reconhecido o valor a receber de R$ 1.000.495, em virtude de decisão judicial contra ex-gestor da Procempa. Esta decisão judicial é decorrente de Ações de Execução de Títulos Executivos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul contra antigos administradores da Companhia, referentes aos exercícios de 2011 e 2012. Por tratar-se de um valor cujo recebimento ocorrerá ao menos ao longo dos próximos 10 anos, foram constituídos IRPJ e CSLL diferidos passivos. Tais valores, em virtude das diferenças temporais tributárias, serão realizados na medida em que a Companhia receber os recursos financeiros estipulados na decisão judicial. A composição dos valores a receber dos antigos administradores, bem como dos demais processos judiciais em que a Procempa figura como parte ou interessada consta na Nota 32 - Processos Judiciais contra ex-gestores.A composição dos tributos diferidos do ativo e do passivo, classificados respectivamente no ativo e passivo não circulante da Companhia, constam abaixo:

Composição do IRPJ diferido ativo	2025	2024
Prejuízo Fiscal - Base de Cálculo Negativa do IRPJ	12.800.485	5.636.308
Constituição PECLD - Partes Relacionadas	12.725	22.042
Constituição Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber	6.006	56.186
Constituição Perda Estimada ao Valor Recuperável de Ativos	322.350	112.418
Diferenças Temporárias Dedutíveis - Provisões Cíveis e Trabalhistas	6.984.865	4.507.598
Base de cálculo IRPJ diferido ativo - 25%	**20.126.431**	**10.334.551**
IRPJ diferido ativo - 25%	**5.031.608**	**2.583.638**
Bases e Saldo da CSLL diferida ativa	**2025**	**2024**
Prejuízo Fiscal - Base de Cálculo Negativa da CSLL	12.790.418	5.626.241
Constituição PECLD - Partes Relacionadas	12.725	22.042
Constituição Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber	6.006	56.186
Constituição Perda Estimada ao Valor Recuperável de Ativos	322.350	112.418
Diferenças Temporárias Dedutíveis - Provisões Cíveis e Trabalhistas	6.984.865	4.507.598
Base de cálculo CSLL diferida ativo - 9%	**20.116.364**	**10.324.484**
CSLL diferida ativo - 9%	**1.810.473**	**929.204**
Total Tributos Diferidos Ativos	**6.842.081**	**3.512.841**
Composição do IRPJ diferido passivo	**2025**	**2024**
Diferenças Temporárias Dedutíveis - Processos Judiciais (CP)	2.567	718.789
Diferenças Temporárias Dedutíveis - Processos Judiciais (LP)	698.387	69.753
Base de cálculo IRPJ diferido passivo - 25%	**700.954**	**788.543**
IRPJ diferido passivo - 25%	**175.238**	**197.136**
Composição do CSLL diferido passivo	2025	2024
Diferenças Temporárias Dedutíveis - Processos Judiciais (CP)	2.567	718.789
Diferenças Temporárias Dedutíveis - Processos Judiciais (LP)	698.387	69.753
Base de cálculo CSLL diferida passivo - 25%	**700.954**	**788.543**
CSLL diferida passivo - 9%	**63.086**	**70.969**
Total Tributos Diferidos Passivos	**238.324**	**268.105**

30.1. Realização dos Tributos Diferidos Com base na projeção orçamentária dos próximos exercícios, bem como nas estimativas de realização das provisões para contingências cíveis e trabalhistas, PECLD, AVP, perdas estimadas de ativos, e na expectativa do recebimento dos processos judiciais envolvendo ex-gestores, a previsão de realização dos tributos diferidos ativos e passivos para os próximos 10 anos consta abaixo:

Realização tributos diferidos ativo

Descrição	2026	2027	2028
IRPJ Diferido	585.709	626.780	671.958
CSLL Diferida	210.855	225.641	241.905
Total	**796.564**	**852.421**	**913.863**